ESMAL | ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DE ALAGOAS
DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDO LIMA SOUZA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA PARA ATUAR NO PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS

INSTRUÇÕES GERAIS

01. Leia com atenção todas as instruções deste **Caderno de Questões.**
02. Este **Caderno de Questões** só deverá ser aberto quando for autorizado pelo Fiscal de Sala.
03. Assine neste Caderno de Questões e coloque o número do seu documento de identificação.
04. Verifique se este Caderno de Questões contém 50 (cinquenta) questões com 05 (cinco) alternativas cada, caso contrário comunique imediatamente ao Fiscal.
05. A prova terá duração de 03 (três) horas. Você só poderá sair do Local de prova 1h30min após o seu início.
06. Ao receber o Cartão de Resposta, **confira o número do CPF e assine no local apropriado. É de suma importância que você assine sem ultrapassar a linha.**
07. Em hipótese alguma lhe será concedido outro Cartão de Resposta.
08. Marque suas respostas no Cartão de Resposta utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, preenchendo completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo: ●
09. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha no Cartão de Respostas de Questões Objetivas: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita do Caderno de Questões para o Cartão de Respostas.
10. A correção das provas será efetuada considerando-se apenas o conteúdo do Cartão de Respostas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, seus pontos serão atribuídos a todos os candidatos.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.

Ao terminar a prova, acione o Fiscal e devolva ao mesmo o Cartão de Respostas.

***Boa Prova*!**

Nº do CPF:	Assinatura do candidato:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DE PSICOLOGIA

Atenção: As questões de números 1 a 7 referem-se ao texto que segue.

Naquela madrugada, uma raposa havia descido até o centro da cidade.

Viera das matas que, mesmo à noite, guardavam nos ramos secos o calor do verão e, depois de atravessar arbustos aleijados, se afastara dos troncos e galhos que, às vezes, crepitavam surdamente no escuro.

(...)

A raposa atingiu a primeira rua de paralelepípedos, cruzou obliquamente uma linha de bonde, desceu a Ladeira dos Martírios e começou a vaguear pelas ruas estreitas do centro da cidade. Na escuridão, parecia um cachorro vadio. Mas desde o momento em que surgira num atalho das matas rígidas até aquele em que atingira a Rua do Comércio, nenhum olhar humano a divisara ou se demorara nela, nem mesmo para confundi-la com um pulguento cão sem dono. E não se saberia dizer se ela revelava espanto, astúcia ou curiosidade.

As casas dormiam, e pareciam ainda mais acachapadas, mesmo as que possuíam mais de um pavimento. Os homens e mulheres dormiam.

(...) E ao sono de cada um, à fração inconfundível de sonho, acrescia-se esse aroma da noite que agonizava. Era talvez um perfume de cajueiro florido, ou de folha de Ouricuri batida ritmadamente pela brisa.

(...)

Minutos depois, a raposa sentia nas narinas um cheiro de sangue e carne crua. Estava atravessando exatamente o largo diante do qual se erguia o mercado municipal, que cheirava a frutas e matadouro. De repente, porém, esse odor nauseante era substituído por um longínquo, mas discernível cheiro de oceano. E, de muito longe, dos recifes de areias e de corais, dos mangues e maceiós onde os goiamuns dormiam, (...) vinha um aroma que, pelas frestas dos telhados, penetrava nas casas e se filtrava no sono das criaturas.

E, num fiapo de tempo, bem menor do que aquele em que um estilhaço de estrela resvala no céu escuro e cego, a raposa conheceu a morte, algo atordoador e fulgente que só poderia ser a morte, caso esta existisse em toda a sua plenitude e dura magnificência, e não fosse apenas uma ficção ou um ponto de referência dos vivos deixados repentinamente de amar e odiar, demitidos de súbito de sua grandeza e miséria. Era a morte que, incandescente e perversa, a alcançava, alterando a sua inconfundível beleza animal, tumultuando-lhe o sangue, destruindo a sua ardente harmonia de movimentos, tornando vítrea a sua visão da manhã cristalina e fantasmagórica.

Desfigurada pelos golpes que os homens lhe haviam vibrado, ela ficou jazendo por mais de uma hora sobre as pedras da rua. Era um montão de carnes e pelos informes e ensanguentados, e em torno dela se revezava um círculo de curiosos, cambiando os comentários mais variados. Quando o dia já clareava por completo, uma carroça de lixo parou perto do ajuntamento, e o cadáver da raposa foi jogado entre os monturos.

Ivo, Lêdo. *Ninho de cobras: uma história mal contada*. Maceió – AL, Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2025.
(fragmentos do capítulo A raposa).

1. Acerca das ideias e das estruturas linguísticas que compõem o texto, assinale a alternativa com uma afirmação CORRETA.

A) Depreende-se do texto que a incursão da raposa pelo centro da cidade estabelece uma relação de proximidade e coerência entre o espaço natural de onde ela provém e o ambiente urbano, visão que se intensifica à medida que a narrativa conduz o animal a seu ocaso.

B) A caracterização da cidade durante a madrugada como um espaço silencioso e adormecido permite concluir que a raposa é imediatamente percebida pelos habitantes, cuja atenção é despertada por sua presença nas ruas.

C) A passagem em que a morte é apresentada como possível "ficção" ou "ponto de referência dos vivos" restringe-se à descrição objetiva da morte da raposa, em detrimento de uma reflexão de natureza existencial.

D) A descrição dos odores percebidos pela raposa, conquanto amplie a percepção olfativa do texto, desempenha exclusivamente função contextual ornamental, pois não contribui para a construção do espaço nem estabelece relação entre o animal, a cidade e o ambiente natural.

E) Embora o texto integre uma obra literária com predominância narrativa, nele se combinam sequências descritivas e narrativas, perceptíveis, respectivamente, na progressão dos deslocamentos da raposa e na caracterização dos espaços, dos odores e do próprio animal.

2. No tocante aos elementos que contribuem para a coesão e a coerência do texto, assinale a alternativa com uma afirmação CORRETA.

A) Não se pode afirmar que a repetição do referente "raposa", associada ao emprego de pronomes como "ela", "a" e "lhe", contribui para a manutenção da continuidade referencial ao longo da narrativa.
B) A mudança dos odores percebidos pela raposa – do sangue e da carne crua, para o cheiro do oceano – compromete a coerência do texto, pois introduz elementos sensoriais ambientalmente distintos e sem relação direta.
C) A substituição de "Quando o dia já clareava por completo" (último parágrafo) por "Ao passo que o dia já clareava por completo" preservaria o sentido original estabelecido no período e manteria sua correção gramatical.
D) No trecho "Na escuridão, parecia um cachorro vadio" (3º parágrafo), a coesão textual acontece, em que pese a ausência do sujeito do verbo parecer, que está implícito.
E) O fato de o cadáver da raposa ser jogado, ao amanhecer, entre os monturos não guarda coerência com o seu desfecho na narrativa.

3. A partir de variados aspectos linguísticos que estruturam o texto, assinale a alternativa com uma afirmação INCORRETA:

A) A substituição de "o cadáver da raposa foi jogado entre os monturos" (último parágrafo) por "jogaram o cadáver da raposa entre os monturos" preservaria a informação fundamental do período e manteria sua correção gramatical, embora alterasse a voz verbal.
B) No trecho "nenhum olhar humano a divisara ou se demorara nela" (3º parágrafo), o pronome "a" exerce função de objeto direto do verbo "divisar", ao passo que o pronome "ela", precedido da preposição "em", pode ser considerado um complemento relativo (objeto indireto) do verbo "demorar-se".
C) No trecho "tumultuando-lhe o sangue" (penúltimo parágrafo), o pronome "lhe" poderia ser substituído, sem alteração da correção gramatical ou do sentido, pelo pronome "o".
D) Em uma livre reescrita, estaria gramaticalmente correto o seguinte período: Há raposas, como deve haver pessoas que são bastante astutas.
E) No trecho "As casas dormiam, e pareciam ainda mais acachapadas, mesmo as que possuíam mais de um pavimento." (4º parágrafo), a palavra casa é subentendida duas vezes por um processo de construção ao qual dá-se o nome de zeugma.

4. No primeiro período do primeiro parágrafo, ao dizer que "A raposa atingiu a primeira rua de paralelepípedos, cruzou <u>obliquamente</u> uma linha de bonde", com o termo em destaque, o autor quer dizer que

A) o animal cruzou o espaço em paralelo a uma linha de bonde.
B) a raposa cruzou a linha de bonde de forma diagonal.
C) a raposa cruzou o espaço rapidamente.
D) o animal cruzou desconfiadamente uma linha de bonde.
E) a raposa cruzou o espaço sobre uma linha de bonde lentamente.

5. No tocante às vozes verbais, bem como às estruturas morfossintáticas dos verbos e das locuções verbais empegados no texto, analise os itens a seguir e assinale a opção com a indicação correta.

I. Em "uma raposa havia descido até o centro da cidade" (parágrafo 1), a locução verbal "havia descido" exprime um acontecimento anterior a outro momento passado tomado como referência na narrativa.
II. Em "o cadáver da raposa foi jogado entre os monturos", emprega-se a voz passiva analítica, na qual "o cadáver da raposa" desempenha a função de sujeito paciente. Caso precisássemos passar esse mesmo trecho para a voz passiva sintética, uma forma correta seria "jogou-se, entre os monturos, o cadáver da raposa".
III. No trecho "a raposa sentia nas narinas um cheiro de sangue e carne crua", o verbo "sentir" é empregado como transitivo direto, tendo como complemento "um cheiro de sangue e carne crua".
IV. Em "o cadáver da raposa foi jogado entre os monturos" (último parágrafo), a expressão "o cadáver da raposa" exerce função de agente da ação verbal, uma vez que é o elemento responsável pelo ato de jogar.

A) Os itens I e III estão corretos, apenas.
B) Os itens II e III estão corretos, apenas.
C) Os itens I, II e III estão corretos, apenas.
D) Os itens III e IV estão corretos, apenas.
E) Os itens I e IV estão corretos, apenas.

6. Em relação a aspectos morfossintáticos diversos, presentes na construção do texto, assinale a única alternativa com uma informação INCORRETA:

A) No trecho "Em torno dela se revezava um círculo de curiosos", sem prejudicar a correção gramatical, o verbo revezar poderia ser flexionado no plural, concordando com furiosos.

B) No segmento “começou a vaguear pelas ruas estreitas do centro da cidade” (3º parágrafo), a preposição “por”, contraída em “pelas”, introduz circunstância relacionada ao espaço em que se desenvolve a ação de vaguear.
C) No trecho “à fração inconfundível de sonho, acrescia-se esse aroma da noite que agonizava”, o substantivo “aroma” constitui o núcleo do sujeito, enquanto “fração”, o núcleo do complemento verbal indireto.
D) No segmento “as matas que, mesmo à noite, guardavam nos ramos secos o calor do verão”, a oração introduzida pela palavra “que” é subordinada adjetiva restritiva, pois caracteriza o termo antecedente “matas”.
E) No trecho “que cheirava a frutas e matadouro” (6º parágrafo), o pronome relativo “que” retoma “mercado municipal” e exerce função de sujeito do verbo subsequente.

7. No que tange ao emprego dos elementos de pontuação, analise os itens a seguir e marque a alternativa correta.

I. No período “Na escuridão, parecia um cachorro vadio” (3º parágrafo), a vírgula foi empregada para destacar um aposto explicativo.
II. A retirada das vírgulas que isolam “mesmo à noite” no trecho “Viera das matas que, mesmo à noite, guardavam nos ramos secos o calor do verão” (2º parágrafo) manteria integralmente a estrutura sintática e o sentido original do período.
III. As reticências que aparecem entre parênteses em diversas passagens do texto indicam que o leitor deve fazer uma pausa reflexiva na leitura.

IV. No último período do texto, a vírgula depois de “ajuntamento” é obrigatória, uma vez que a conjunção “e” que a sucede tem valor adversativo.

A) Os itens I e IV, apenas, são corretos.
B) Apenas o item III é coerente.
C) São errados os itens II, III e IV, apenas.
D) São certos os itens I, II e IV, apenas.
E) Todos os itens são errados.

Atenção: As questões de números 8 a 10 referem-se ao texto que segue.

PSICOPOLARIZITE

A sociedade brasileira parece experimentar, nos últimos anos, um fenômeno que merece atenção não apenas da ciência política, mas também da psicologia e da sociologia: o adoecimento emocional decorrente da radicalização das divergências político-partidárias. Para nomear esse “processo inflamatório das consciências”, ou pelo menos do restou delas, propomos o neologismo *psicopolarizite***.** A expressão procura traduzir os efeitos psicológicos e comportamentais produzidos pela exposição extrema e prolongada a conflitos ideológicos, especialmente aqueles vividos a partir das eleições de 2014 e intensificados nos dois últimos pleitos.

Um dos principais pilares desse fenômeno está na formação das chamadas bolhas ideológicas, espaços de convivência, sobretudo nas redes sociais, nos quais os indivíduos tendem a consumir informações, compartilhar opiniões e estabelecer relações predominantemente com pessoas que pensam de maneira semelhante. Esse isolamento informacional reduz a disposição para o diálogo e favorece a construção de percepções distorcidas sobre aqueles que defendem posições divergentes. Um estudo publicado na revista *Dados*, em 2023, analisou 7,7 milhões de publicações no Facebook e identificou padrões de segregação na circulação de informações políticas entre grupos de esquerda e de direita. Mais recentemente, uma pesquisa divulgada pela Agência Brasil, com dados coletados em 2024, revelou que 56% dos brasileiros entrevistados sentiam medo de manifestar opiniões políticas em razão da agressividade do ambiente, enquanto 50% evitavam discutir política nos grupos familiares para não provocar conflitos. Esses números evidenciam que a polarização já ultrapassa o campo das convicções individuais e interfere diretamente na liberdade de expressão e na qualidade das relações interpessoais.

As consequências desse ambiente não se restringem ao comportamento social: alcançam também a dimensão emocional dos indivíduos. Uma pesquisa nacional realizada pelo Ipsos-Ipec, em dezembro de 2025, com 2.000 entrevistados de 131 municípios, identificou que tristeza (19%), cansaço (17%) e medo (16%) estavam entre os sentimentos mais associados à polarização política pelos brasileiros. Na mesma direção, um estudo divulgado em 2025 pela pesquisadora Lilian Sendretti, vinculada à Universidade de São Paulo e ao Cebrap, introduziu o conceito de *burnout cívico* para descrever o esgotamento emocional e o afastamento das discussões políticas decorrentes da radicalização. A investigação reuniu 210 eleitores de diferentes regiões do país, distribuídos em 70 minigrupos focais, e identificou relatos de desgaste emocional contínuo e de afastamento de ambientes de convivência para evitar confrontos. Embora esse rápido levantamento não permita diagnosticar uma doença psicológica propriamente dita decorrente da polarização, oferece algumas evidências de que a hostilidade política pode produzir sofrimento, ansiedade, medo, exaustão e deterioração dos vínculos afetivos.

Diante desse cenário, a psicopolarizite constitui uma expressão pertinente para caracterizar uma espécie de adoecimento coletivo em que a identidade político-partidária passa a ocupar um espaço desproporcional na vida dos indivíduos, comprometendo sua capacidade de conviver com diferenças, preservar relações afetivas e interpretar criticamente a realidade. Não se trata de condenar o posicionamento ideológico, a participação política ou a divergência de opiniões, elementos indispensáveis à democracia, mas de reconhecer os riscos de sua transformação em antagonismo permanente. Afinal, quando a preferência por um projeto político se converte em critério para estabelecer amizades, preservar relações familiares, reconhecer a dignidade alheia e até experimentar tranquilidade emocional, a política deixa de ser apenas um instrumento de organização da sociedade e passa a constituir uma fonte de sofrimento. Combater a psicopolarizite, portanto, significa recuperar a capacidade de discordar sem odiar, debater sem agredir e compreender que a pluralidade de ideias não representa uma ameaça à convivência democrática, mas sua condição fundamental.

Prof. Eduardo Sampaio
Maceió, novembro de 2026 (texto inédito).

8. No primeiro parágrafo, ao empregar a expressão "processo inflamatório das consciências", seguida da ressalva "ou pelo menos do que restou delas", o autor recorre a um recurso expressivo cuja finalidade principal é

A) atribuir à polarização política uma consequência exclusivamente fisiológica, associando o comportamento dos indivíduos a manifestações clínicas de natureza inflamatória.
B) estabelecer uma relação de causalidade entre o comprometimento da consciência individual e a incapacidade intelectual dos indivíduos que apresentam posicionamentos políticos extremistas.
C) relativizar a gravidade da polarização política, sugerindo que seus efeitos sobre a consciência coletiva são transitórios e pouco relevantes para a organização social.
D) construir uma metáfora de caráter crítico e irônico, sugerindo que a radicalização política compromete a lucidez, a capacidade de reflexão e o discernimento dos indivíduos.
E) caracterizar a polarização como um fenômeno essencialmente ideológico, cuja manifestação se restringe à disputa entre diferentes correntes de pensamento.

9. Considerando os argumentos desenvolvidos ao longo do texto, assinale a alternativa que apresenta uma inferência coerente com o posicionamento defendido pelo autor.

A) A formação de bolhas ideológicas constitui um fenômeno inevitável das sociedades democráticas, razão pela qual seus efeitos sobre as relações interpessoais devem ser considerados consequências naturais da liberdade de expressão.
B) A polarização político-partidária torna-se particularmente problemática quando ultrapassa o campo das divergências ideológicas e passa a interferir na saúde emocional, na convivência social e na capacidade de reconhecimento da dignidade daqueles que pensam diferentemente.
C) A existência de sentimentos como tristeza, medo e cansaço entre os indivíduos expostos à polarização comprova que a radicalização política constitui, modernamente, uma doença psicológica clinicamente diagnosticável.
D) O enfrentamento da psicopolarizite pressupõe a superação das divergências político-partidárias e a construção de uma identidade ideológica comum, capaz de restabelecer a harmonia social.
E) A utilização diária das redes sociais representa a causa da polarização política brasileira, de modo que a redução de seu uso seria ação necessária e suficiente para eliminar os conflitos ideológicos e seus efeitos psicológicos.

10. Considerando as regras de concordância e regência verbais e nominais da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa em que a construção apresentada está gramaticalmente correta.

A) Os efeitos psicológicos decorrentes da polarização política não se restringem à esfera individual e podem interferir diretamente nas relações interpessoais.
B) A radicalização das divergências político-partidárias e a hostilidade nas redes sociais compromete a saúde emocional dos indivíduos expostos a esse ambiente.
C) A exposição prolongada aos conflitos ideológicos e a formação de bolhas informacionais favorece o afastamento dos indivíduos ao diálogo democrático.
D) A construção de relações sociais mais saudáveis implica em reconhecer a legitimidade das divergências e respeitar às opiniões divergentes.
E) A tristeza, o medo e o cansaço, associados a destacada radicalização política, representam consequências que podem comprometer a convivência social.

11. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990) determinou que o Poder Judiciário mantenha equipes interprofissionais junto à Justiça da Infância e Juventude. Sobre as atribuições dessas equipes previstas no **ECA**, assinale a alternativa correta:

A} A equipe interprofissional fornece subsídios, exclusivamente por escrito, mediante laudos, sendo vedada a manifestação verbal em audiência.

B) Nos casos de colocação em família substituta, a criança ou adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitando seu estágio de desenvolvimento.

C) Nos casos de entrega voluntária para adoção, a equipe interprofissional apresentará relatório à autoridade judiciária, desconsiderando os efeitos do estado gestacional e puerperal.

D) A criança ou adolescente em programa de acolhimento terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 meses, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar.

E) A equipe interprofissional restringe-se a fornecer subsídios à autoridade judicial, sendo-lhe vedado desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento e prevenção.

12. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005) estabelece o dever de preservar o sigilo profissional e considera a atuação da(o) psicóloga(o)em diferentes contextos, inclusive em equipes multiprofissionais. Nesse contexto, os registros documentais devem observar os limites estabelecidos pelo Código de Ética. Assinale a alternativa correta:

A) Cabe à pessoa atendida determinar quais informações serão registradas pelo psicólogo, como forma de preservar sua privacidade.

B) É necessário que o psicólogo registre todas as informações obtidas durante o atendimento, devido à importância de compartilhar o caso com a equipe multiprofissional.

C) O psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho, preservando o sigilo profissional.

D) O psicólogo poderá registrar e compartilhar com a equipe multiprofissional todas as informações obtidas durante o atendimento, desde que os profissionais estejam envolvidos no acompanhamento do caso.

E) O psicólogo poderá revelar informações sigilosas sempre que solicitado por outro profissional da equipe.

13. A Lei nº 13.431/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. Leia o trecho a seguir:

"_____trata-se de procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente perante órgão da rede de proteção, limitado o relato estritamente ao necessário para o cumprimento de sua finalidade."

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

A) depoimento especial
B) produção antecipada de prova
C) escuta especializada
D) estudo psicossocial
E) audiência de custódia

14. Em relação à avaliação psicológica realizada em processo de guarda, conforme orientado pelas Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para a atuação de Psicólogas(os) em Varas de Família (2019), assinale a alternativa correta:

A) deve indicar o arranjo de guarda ou a regulamentação de convivência mais adequados, por sua competência técnica.

B) deve apontar qual dos genitores reúne melhores condições para permanecer com a guarda, preferencialmente unilateral.

C) busca as potencialidades e as dificuldades de cada genitor, à luz do relacionamento e das necessidades específicas do filho, sem definir a guarda ou a convivência, atribuição exclusiva do juiz.

D) restringe a avaliação ao genitor que detém a guarda de fato.

E) responde à questão final do julgamento, subsidiando a decisão com um veredito.

15. A Resolução CFP nº 006/2019 estabelece disposições específicas sobre a guarda dos documentos psicológicos, o prazo de validade de seu conteúdo e a realização de entrevista devolutiva. Considerando essas disposições, assinale a alternativa CORRETA**:**

A) Os documentos escritos decorrentes da prestação de serviços psicológicos, bem como todo o material que os fundamentaram deverão ser guardados pelo prazo máximo de cinco anos.

B) Não havendo definição normativa, é facultado ao(a) psicólogo(a) determinar o prazo de validade do documento.

C) O prazo de validade do conteúdo do documento escrito, decorrente da prestação de serviços psicológicos, deverá ser indicado no campo de identificação do documento.

D) A responsabilidade pela guarda do material cabe exclusivamente à(ao) psicóloga(o), em razão do dever de preservação do sigilo profissional.

E) Para entrega do laudo e relatório psicológico, é dever da(o) psicóloga(o) realizar ao menos uma entrevista devolutiva à pessoa, grupo, instituição atendida ou responsáveis legais.

16. No Poder Judiciário, a(o) psicóloga(o) pode integrar equipes que atendem mulheres em situação de violência doméstica e familiar, sendo necessário compreender o fluxo dos procedimentos de garantia e proteção dos direitos das mulheres. Com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa correta:

A} O juiz assegurará à mulher em situação de violência a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até três meses.

B) Dentre as medidas protetivas aplicadas ao agressor, é facultativo realizar acompanhamento psicossocial por meio de atendimento individual e/ou em grupo de apoio.

C) A capacitação permanente prevista na lei restringe-se às questões de gênero, não abrangendo questões de raça ou etnia.

D) A assistência à mulher em situação de violência será prestada de forma articulada, com prioridade no SUS e Sistema Único de Segurança Pública, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social.

E) A unidade doméstica é compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar, excluídas as esporadicamente agregadas.

17. A atuação da psicologia no âmbito pericial consiste em uma avaliação direcionada a responder demandas específicas do Poder Judiciário. De acordo com a Resolução CFP nº 008/2010, que dispõe sobre a atuação do(a) psicólogo(a) como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

A) O psicólogo assistente técnico deve estar presente durante a realização dos procedimentos metodológicos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa.

B) O trabalho pericial deve ser realizado no local de trabalho do perito, sendo vedadas as realizações de visitas domiciliares e institucionais.

C) O perito e o assistente técnico devem evitar qualquer interferência durante a avaliação que possa prejudicar a autonomia teórico-técnica e ético-profissional e constranger o periciando.

D) Os documentos produzidos no âmbito da Justiça podem dispensar o rigor técnico e ético exigido dos demais documentos psicológicos, dada a natureza judicial da demanda.

E) Em equipe multiprofissional, o perito deve se subordinar técnica e profissionalmente à área responsável pela coordenação da equipe.

18. O direito à convivência familiar e comunitária é assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê, em caráter excepcional, a colocação em família substituta. A atuação da equipe interprofissional no Poder Judiciário é fundamental para garantir a proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente e, para atuar de forma qualificada, a equipe precisa conhecer as diferenças entre as medidas de guarda, tutela e adoção previstas em lei. Assinale a alternativa correta:

A) O estudo psicossocial realizado na habilitação de pretendentes à adoção tem caráter decisório, cabendo à equipe deferir ou indeferir a inscrição.

B) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

C} A tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas não implica necessariamente no dever de guarda.

D) A adoção é medida excepcional e irrevogável, salvo na hipótese de falecimento dos adotantes, quando se reestabelece o poder familiar dos pais naturais.

E) O deferimento da guarda a terceiros implica a perda do poder familiar, mas não impede o exercício do direito de visita pelos pais.

19. A atuação da psicologia na rede de proteção deve estar fundamentada nos princípios técnicos e éticos da profissão e, além disso, nas legislações e marcos em defesa dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com as Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Rede de Proteção às Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual (CFP/CREPOP, 2020), avalie as assertivas.

I. As avaliações psicológicas podem indicar probabilidades de ocorrência da situação de violência sexual, mas devem evitar oferecer certezas não fundamentadas.

II. As decisões sobre ocorrência e responsabilização cabem à(ao) psicóloga(o), que também realiza entrevistas e avaliações e atua no sentido da proteção e da garantia dos direitos de todos os envolvidos.

III. Cabe a(o) psicóloga(o) atuar de forma protetiva desde a escuta até os atendimentos psicossociais, familiares, bem como na atuação no âmbito da comunidade desenvolvendo ações de prevenção à violência.

IV. No âmbito do Sistema de justiça, as práticas profissionais da Psicologia são predominantemente terapêuticas, dada a interface com o Direito Criminal.

Estão corretas apenas:

A) I e II
B) II e IV
C) I e III
D) I, II e III
E) II, III e IV

20. As transgressões dos preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005) constituem infração disciplinar. Assinale a alternativa correta em relação às penalidades cabíveis:

A) Advertência e multa são as únicas modalidades de penalidades que dispensam a aplicação *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia.

B) A cassação do exercício profissional pode ocorrer por até 60 dias *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia.

C) É prevista a aplicação de indenização, em casos excepcionais.

D) Não é prevista medida de censura pública como penalidade.

E) A suspensão do exercício profissional pode ocorrer por até 30 dias *ad referendum* do Conselho Federal de Psicologia.

21. A Lei 13.341/2017 estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, estabelecendo medidas de assistência e proteção. Assinale a alternativa correta:

A) O depoimento especial deverá ser realizado apenas uma vez, sendo vedada nova oitiva em qualquer hipótese.

B) A escuta especializada é realizada perante autoridade judiciária, com a finalidade de produzir prova.

C) A aplicação da lei é facultativa para vítimas e testemunhas de violência entre 18 e 21 anos.

D) Para garantir a compreensão dos fatos, o profissional especializado deve ler a denúncia ou de outras peças processuais para a criança ou adolescente antes do depoimento.

E) O depoimento especial pode ser realizado por qualquer órgão da rede de proteção, seja socioassistencial, jurídico ou da saúde.

22. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 010/2005) prevê, entre seus princípios fundamentais, a contribuição para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Por isso, o enfrentamento da violência contra as mulheres integra o trabalho da(o) psicóloga(o), principalmente no campo das políticas públicas.

Com base nas Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para atuação de psicólogas(os) no atendimento a mulheres em situação de violência (2ª edição, 2024), assinale a alternativa INCORRETA:

A) A violência psicológica é rotineira e de difícil percepção, podendo ser banalizada e gerar sentimentos ambivalentes, como culpa e vergonha, o que dificulta seu reconhecimento e seu enfrentamento pela própria mulher.

B) A atuação na rede de proteção à mulher torna necessário o conhecimento sobre os marcos legais e históricos, bem como o conhecimento de casos cuja notificação é compulsória.

C) A interseccionalidade é uma ferramenta que reconhece os múltiplos sistemas de opressão, como raça, gênero, classe, sexualidade e deficiência, que incidem sobre a vida das mulheres.

D) As situações de violência que ainda não foram tipificadas em lei estão fora do campo de atuação da(o) psicóloga(o), por não serem judicialmente reconhecidas.

E) A construção dos fluxos de atendimento de uma Rede de Atenção e Proteção à Mulher (RAPM) é complexa e sujeita a dinâmicas que alteram sua estrutura e funcionamento, e podem variar de acordo com o território.

23. No contexto jurídico, a Avaliação Psicológica pode subsidiar decisões relacionadas a diferentes demandas e deve observar os critérios técnicos e científicos estabelecidos para o exercício profissional. Com base na Resolução do Conselho Federal de Psicologia (CFP) nº 31/2022, assinale a alternativa correta:

A) As fontes complementares de informação são de uso obrigatório na Avaliação Psicológica, como é o caso dos documentos técnicos, protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais.

B) O uso profissional dos testes psicológicos é permitido a profissionais de diferentes áreas que possuam capacitação específica para aplicação e interpretação dos instrumentos.

C) A Avaliação Psicológica constitui processo estruturado de investigação de fenômenos psicológicos e deve basear as decisões, obrigatoriamente, em fontes fundamentais de informação, como os testes psicológicos aprovados pelo CFP.

D) As técnicas e instrumentos não psicológicos utilizados como fontes complementares devem possuir respaldo na literatura científica da área, sendo dispensável a observância das normas do Código de Ética Profissional do Psicólogo quando utilizados no contexto jurídico.

E) Os documentos técnicos produzidos por equipes multiprofissionais integram os métodos e instrumentos psicológicos utilizados na Avaliação Psicológica, podendo substituir as fontes fundamentais de informação quando apresentarem dados suficientes sobre a pessoa avaliada.

24. A entrega voluntária é um direito em que a gestante ou mãe manifesta o interesse em entregar o filho para adoção, conforme regulamentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes (Lei nº 8.069/1990), incluído em 2017. Neste contexto, assinale a alternativa correta:

A) O relatório da equipe interprofissional da Justiça da Infância e Juventude é encaminhado ao Ministério Público, que decidirá sobre o encaminhamento da gestante à rede de atendimento.

B) A gestante que manifestar o interesse na entrega voluntária para adoção deverá ser encaminhada inicialmente ao CREAS, onde será realizada escuta com equipe psicossocial.

C) O juiz deverá encaminhar a gestante ou mãe à rede pública de saúde ou assistência social, independentemente da concordância dela, devido à necessidade de acompanhamento especializado.

D) A busca pela família extensa respeitará o prazo máximo de 60 dias, prorrogável por igual período.

E) Na hipótese de desistência da entrega após o nascimento, a criança será mantida com os genitores e a Justiça da Infância e Juventude determinará o acompanhamento familiar pelo prazo de 180 dias.

25. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e suas alterações recentes têm reconhecido diferentes tipos de violência contra a mulher, ampliando o debate sobre as formas de prevenção, proteção e garantia de direitos. Em relação aos diferentes tipos de violência reconhecidos pela lei, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

B) A violência patrimonial é entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos.

C) A violência psicológica é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

D) A violência sexual inclui a conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força.

E) A violência vicária é entendida como qualquer forma de violência praticada contra descendente, ascendente, dependente, enteado, parente, pessoa sob guarda ou responsabilidade direta da mulher ou pessoa de sua rede de apoio, com vistas a atingi-la.

26. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº 10/2005) estabelece princípios fundamentais que orientam o exercício profissional e devem ser considerados pela(o) psicóloga(o) nos diferentes contextos de sua atuação. Com base nesses princípios, assinale a alternativa correta:

A) A atuação profissional deve priorizar as demandas institucionais em detrimento das demandas individuais, ajustando a conduta ética às exigências do serviço em que se atua.

B) A atuação profissional deve ocorrer com responsabilidade social, analisando-se de forma crítica e histórica a realidade política, econômica, social e cultural em que a atividade é exercida.

C) A atuação profissional deve manter neutralidade diante das relações de poder presentes nos contextos em que ocorre, evitando posicionamentos críticos sobre os impactos dessas relações nas atividades profissionais.

D) A atuação profissional deve dispensar a colaboração com profissionais de outras áreas e o encaminhamento de demandas que extrapolem o campo da Psicologia, mesmo quando isso for necessário ao atendimento.

E) A atuação profissional deve priorizar a proteção dos interesses individuais, independentemente dos direitos coletivos e dos impactos sociais da atividade.

27. As Referências Técnicas do CFP para Varas de Família (2019) destacam que, após a Lei nº 13.058/2014, a guarda compartilhada passou a ser regra, compreendendo-se que os filhos têm direito de:

A) conviver com ambos os pais, independentemente da situação conjugal deles.

B) escolher com qual dos genitores desejam residir.

C) permanecer com o genitor que tiver melhores condições emocionais.

D) alternar a residência em períodos idênticos.

E) ter a guarda definida pela avaliação psicológica.

28. A Resolução nº 6/2019 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pelo(a) psicólogo(a) no exercício profissional. Considerando os dispositivos desta resolução, assinale corretamente qual o documento cuja finalidade é descrita abaixo:

"Documento que certifica, com fundamento em um diagnóstico psicológico, uma determinada situação, estado ou funcionamento psicológico, com a finalidade de afirmar as condições psicológicas de quem, por requerimento, o solicita" (CFP, 2019).

A) Declaração

B) Relatório psicológico

C) Atestado psicológico

D) Laudo psicológico

E) Parecer psicológico

29. A pessoa idosa é sujeita de direitos, com proteção integral e prioridade absoluta. A violência contra a pessoa idosa necessiita do olhar integral para reconhecê-la, notificá-la e encaminhá-la. Com base no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003), avalie as assertivas.

I. Considera-se violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico.

II. A notificação compulsória de violência contra a pessoa idosa é obrigatória apenas nos casos confirmados, sendo dispensável nos casos suspeitos.

III. As medidas de proteção à pessoa idosa podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente e levam em conta o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

IV. As medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis quando a violação de direitos decorre de falta, omissão ou abuso da família, e não de ação ou omissão da sociedade ou do Estado.

Estão corretas apenas:

A) I e III
B) I e IV
C) II e III
D) I, II e IV
E) I, II, III e IV

30. As políticas implementadas nos sistemas de justiça, segurança pública, assistência social, educação e saúde devem adotar medidas articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às vítimas de violência. A atuação da psicologia na interface com as políticas públicas traz especificidades à prática profissional e exige conhecimento das leis, práticas e orientações técnicas no atendimento, acolhimento e nas demandas psicossociais.

Segundo a Lei 13.431/2017, acerca do sistema de garantia de direitos da criança e adolescente, e as Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual, assinale a alternativa correta:

A) A equipe interprofissional possui papel importante no Poder Judiciário, pois é responsável por colher o consentimento da criança ou adolescente para realizar o procedimento de escuta especializada.

B) A notificação dos casos suspeitos ou confirmados de violências contra crianças e adolescentes é facultativa para os serviços de saúde do SUS, podendo ser realizada por outros serviços.

C) O depoimento especial deve ser realizado exclusivamente por psicólogo, por se tratar de procedimento que exige conhecimento especializado sobre desenvolvimento infantil.

D) Na rede de proteção, a definição do tipo de atendimento a ser ofertado depende da demanda e da política pública na qual se situa o local em que atua a(o) psicóloga(o).

E) O acompanhamento especializado de crianças e adolescentes vítimas de violência e de suas famílias deve ser preferencialmente no CRAS, conforme a tipificação do serviço.

31. A promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) é fruto de um processo histórico contra a naturalização, invisibilidade e impunidade em relação às violências de gênero. A lei extrapola o caráter estritamente punitivo e avança no sentido de construção de uma rede de atenção que promova ações de prevenção, proteção e enfrentamento às diferentes formas de violência, visando um olhar integral. De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa INCORRETA sobre a equipe de atendimento multidisciplinar:

A) A equipe multidisciplinar será integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde.

B) O trabalho de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas pode ser ofertado à ofendida, ao agressor e aos familiares, com especial atenção às crianças e adolescentes.

C) Compete à equipe fornecer por escrito, mediante laudos, ou verbalmente em audiência, subsídios ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

D) Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher podem contar facultativamente com a equipe de atendimento multidisciplinar.

E) Quando a complexidade do caso exigir avaliação mais aprofundada, o juiz poderá determinar a nomeação de profissional perito ou assistente técnico.

32. A Constituição de 1988 garantiu a prioridade absoluta aos direitos da criança e do adolescente e fixou a inimputabilidade penal dos menores de 18 anos. Na sequência, dois marcos históricos importantes foram a Convenção da ONU sobre os direitos da Criança e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que fundamenta a doutrina da proteção integral e considera crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento.

Em relação ao disposto no ECA sobre a prática de ato infracional e as medidas aplicáveis, assinale a alternativa CORRETA:

A) A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, com prazo mínimo de seis meses.

B) O Plano Individual de Atendimento (PIA) deve ser elaborado pela equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, e encaminhado ao programa de atendimento.

C) A medida de internação não comporta prazo determinando, devendo sua manutenção ser reavaliada no máximo a cada seis meses.

D) A liberdade assistida será fixada pelo prazo máximo de seis meses, podendo a qualquer momento ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida.

E) Cabe à equipe interprofissional do juízo realizar a oitiva informal do adolescente, no intuito de esclarecer a autoria e materialidade do ato infracional.

33. O Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência (PBEF) é um método de entrevista semiestruturado, flexível e adaptável ao desenvolvimento das crianças e adolescentes, cujo objetivo é facilitar a escuta protegida sobre alegações de violência contra eles praticada, para fins de investigação e judicialização das ocorrências.

De acordo com o PBEF, instituído pela Resolução CNJ nº 299/2019 como referência metodológica nacional para o depoimento especial, a entrevista é composta por:

A) uma única etapa, dedicada à narrativa focada no evento de violência.

B) duas etapas: a primeira, de construção da empatia; a segunda, de elaboração de laudo.

C) duas etapas: a primeira, de avaliação psicológica da criança, conduzida por profissional da área; a segunda, da etapa de fechamento.

D) duas etapas: a primeira, de construção do vínculo; a segunda, a parte substantiva, com foco na abordagem não indutiva das alegações de violência.

E) três etapas, definidas livremente pelas partes durante a audiência, podendo abranger técnicas narrativas.

34. De acordo com a Resolução CFP nº 008/2010, avalie o item CORRETO em relação ao psicólogo que atua como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio:

A) É facultado ao psicólogo que atua como psicoterapeuta das partes exercer papel de perito ou assistente técnico de pessoas atendidas por ele.

B) É vedado produzir documentos advindos do processo psicoterápico com a finalidade de fornecer informações à instância judicial, exceto no caso de declarações e atestados psicológicos.

C) Quando a pessoa atendida for criança, adolescente ou interdito, o consentimento formal exige a assinatura de ambos os responsáveis legais.

D) A declaração emitida pelo psicoterapeuta e destinada à instância judicial depende do consentimento formal da parte envolvida.

E) O consentimento formal do paciente não autoriza o psicólogo psicoterapeuta a atuar como perito ou assistente técnico, devido ao intuito de preservar o direito à intimidade e a equidade de condições.

35. Sobre a avaliação psicológica em processos de guarda, avalie as assertivas, conforme as Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para a atuação de Psicólogas(os) em Varas de Família (2019):

I. As(os) psicólogas(os) que atuam em varas de família devem escutar ambas as partes do processo.

II. É possível dispensar a escuta de uma das partes quando o profissional dispõe de gravações, cartas ou outros recursos que lhes forem encaminhados.

III. Recomenda-se que o uso de testes psicológicos ou de qualquer outra intervenção deve ocorrer quando o profissional considerar necessário, e não com o objetivo único de dar legitimidade ao laudo ou relatório.

IV. Cabe à(ao) psicóloga(o) inquirir a criança para que responda com quem deseja permanecer.

Estão corretas apenas:

A) III e IV
B) I e II
C) II e IV
D) I, III e IV
E) I e III

36. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os seus direitos forem ameaçados ou violados. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), o acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas:

A) definitivas, aplicáveis como primeira opção em casos de vulnerabilidade econômica da família.

B) que implicam privação de liberdade da criança ou do adolescente.

C) provisórias e excepcionais, utilizáveis como transição para a reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para a colocação em família substituta.

D) dispensadas de reavaliação periódica pela equipe interprofissional.

E) permanentes, tendo período mínimo de acolhimento fixado em 18 meses.

37. No âmbito jurídico, a atuação profissional da psicologia não é restrita ao modelo pericial. A mediação aparece como uma das práticas alternativas na resolução de conflitos. Com base na Lei 13.140/2015 (Lei da Mediação) e as Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) nas Varas de Família (CFP/CREPOP. 2019) assinale a alternativa correta:

A) A mediação de conflitos familiares, no âmbito judicial, é atividade privativa da psicologia e do serviço social, por exigir conhecimentos sobre as dinâmicas familiares.

B) Para atuar como mediador judicial, é necessário graduação em qualquer curso de nível superior há, pelo menos 5 anos, em instituição de ensino reconhecida pelo MEC.

C) O mediador deve sugerir às partes a solução mais adequada ao conflito.

D) O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso, e facilitando a resolução do conflito.

E) A atuação da psicologia nas Varas de Família restringe-se à perícia.

38. Nas varas de família, a(o) psicóloga(o) pode ser designada(o) para realizar perícia quando há indício de alienação parental. Nesses casos, a lei traz regras específicas sobre a forma da perícia, o prazo para o laudo e a oitiva de crianças e adolescentes. Com base na Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), com as alterações da Lei nº 14.340/2022, avalie as assertivas.

I. Havendo indício da prática de ato de alienação parental, o juiz, se necessário, determinará perícia psicológica ou biopsicossocial.

II. O laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicossocial, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes e exame de documentos dos autos.

III. O perito ou a equipe multidisciplinar designada terá prazo de 60 dias para apresentação do laudo, prorrogável exclusivamente por autorização judicial.

IV. A alteração de domicílio da criança ou adolescente é irrelevante para a determinação da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar, salvo se decorrente de consenso entre os genitores ou de decisão judicial.

Estão corretas apenas:

A) I e II
B) I e III
C) I, II e III
D) I, II e IV
E) I, II, III e IV

39. A Lei 13.146/2015 e suas alterações, chamada Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é destinada a assegurar e promover o exercício dos direitos, das liberdades fundamentais, da inclusão social e da cidadania. A atuação da psicologia é relevante no papel da garantia destes direitos, com a contribuição de defender a autonomia e firmar o compromisso ético da profissão com a igualdade e eliminação da discriminação. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, assinale a alternativa correta:

A) O atendimento psicológico está previsto na legislação, e restringe-se à pessoa com deficiência, excetuando-se seus familiares.

B) A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial e realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

C) A institucionalização forçada é permitida pela legislação em casos excepcionais, autorizados pela autoridade judicial.

D) A legislação determina que a avaliação da deficiência seja feita exclusivamente por profissional médico, com registro do CID.

E) As residências inclusivas são unidades ofertadas pelo SUS, que contam com apoio psicossocial para o atendimento das necessidades de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência.

40. O Atlas da Violência (2026) publicado pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública mostra que a violência no Brasil não atinge a população de forma homogênea, pois os recortes

de raça, gênero, sexualidade, classe e idade se entrelaçam, e exigem uma leitura ampliada e crítica.

É diante desse contexto que a atuação profissional da Psicologia é perpassada pelo olhar da interseccionalidade, e destacam-se duas normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP): a Resolução 018/2002, em relação ao racismo; e a Resolução 02/2020, em relação às violências de gênero. Em relação ao disposto nestas resoluções, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A resolução 02/2020 abrange mulheres cisgênero, transexuais e travesti, além de pessoas com expressões não binárias, dentre outras, considerando as violações de direitos.

B) Por priorizar a proteção e apoio das vítimas, a resolução veda a atuação de psicólogas(os) junto a autores de violência.

C) Na quebra de sigilo, a(o) psicóloga(o) deve considerar os impactos da quebra de sigilo a aspectos de vulnerabilidade social da pessoa que sofreu violência de gênero.

D) Os psicólogos não se pronunciarão nem participarão de pronunciamentos públicos nos meios de comunicação de massa de modo a reforçar o preconceito racial.

E) Na atuação profissional diante de situações de violência de gênero, a(o) psicóloga(o) deve considerar os aspectos de raça, etnia, orientação sexual e deficiência.

41. A proteção de crianças, adolescentes e outras pessoas em situação de violência depende da atuação articulada entre o sistema de justiça e a rede de serviços, e a(o) psicóloga(o) precisa conhecer o papel de cada equipamento para realizar os procedimentos de encaminhamento, notificação e comunicação. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal, de base territorial, que articula os serviços socioassistenciais no território e presta serviços de proteção social básica às famílias.

B) O acolhimento institucional e a inclusão em programa de acolhimento familiar são medidas de proteção estabelecidas pelo ECA, e integram a proteção social especial de alta complexidade.

C) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente devem ser obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar, sem prejuízo de outras previdências legais.

D) O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) pode aplicar diretamente as medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços comunitários.

E) O estudo de caso é uma estratégia metodológica para as ações da rede de proteção, com finalidade de construir corresponsabilidade entre os serviços e evitar intervenções fragmentadas.

42. Sobre as atuações da(o) psicóloga(o) como perito e assistente técnico no Poder Judiciário, conforme a Resolução CFP nº 008/2010, julgue as afirmativas e assinale a sequência correta.

( ) O psicólogo assistente técnico é o profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões do perito, restringindo sua análise ao estudo psicológico resultante da perícia.

( ) A relação entre profissionais deve se pautar no respeito e colaboração, podendo o psicólogo perito formular questões ao assistente técnico.

( ) É vedado ao psicólogo assistente técnico ouvir pessoas envolvidas e solicitar documentos em poder das partes.

( ) Cabe ao psicólogo perito apresentar, em seu relatório, indicativos pertinentes à sua investigação que possam diretamente subsidiar o assistente técnico na solicitação realizada.

A) V – F – V – F
B) V – V – F – V
C) V – F – F – F
D) F – F – V – F
E) F – V – F – V

43. Em relação aos critérios estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação a quem pode adotar, assinale a alternativa correta:

A) O adotante deve ser, pelo menos, 16 anos mais velho que o adotando.

B) A participação em programa de preparação para adoção é facultativa aos pretendentes.

C) A adoção é precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo máximo de 60 dias.

D) O consentimento da(o) adotante é exigido nos casos de adolescentes maiores de 14 anos.

E) O estágio de convivência pode ser dispensado quando o adotante já detiver a guarda de fato da criança.

44. A Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001) redirecionou o modelo assistencial em saúde mental, priorizando o cuidado em serviços comunitários de saúde mental. No contexto jurídico, a equipe técnica multiprofissional pode ser convocada a subsidiar a decisão judicial, avaliar e realizar estudos psicossociais em relação a pedidos de internação.

De acordo com essa lei, assinale a alternativa INCORRETA sobre os direitos das pessoas com transtorno mental e as modalidades de internação.

A) O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do paciente ou por determinação do médico assistente.

B) A internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.

C) A internação psiquiátrica somente será realizada mediante laudo médico circunstanciado que caracterize os seus motivos.

D) A internação voluntária é aquela que se dá com o consentimento do usuário.

E) A internação compulsória é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.

45. Sobre a diferença entre a atuação clínica e a avaliação psicológica forense, avalie as assertivas.

I. Na avaliação psicológica forense, o diagnóstico e a necessidade de tratamento psicológico podem ajudar a compreender o caso, mas não são a resposta final do trabalho.

II. Na avaliação psicológica forense, a coleta de dados não se restringe ao discurso do periciado, podendo incluir outras fontes consideradas relevantes, como informes de hospitais, escolas e locais de trabalho.

III. Durante a avaliação forense, a(o) psicóloga(o) deve conduzir o processo como contexto terapêutico, com intervenções que gerem mudanças no periciado.

IV. As avaliações psicológicas no sistema de justiça buscam afirmar com certeza a ocorrência ou não da violência, para subsidiar adequadamente a autoridade judiciária.

Estão corretas apenas:

A) I e II
B) I e III
C) II e IV
D) I, II e IV
E) I, II, III e IV

46. Em relação à curatela, conforme estabelecido no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), assinale a alternativa correta:

A) É obrigatório à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.
B) A curatela pode abranger a decisão sobre tratamentos de saúde.
C) O curador deve prestar contas a cada dois anos.
D) A curatela é medida extraordinária, sendo considerada a regra da capacidade civil plena da pessoa.
E) A curatela é medida obrigatória para pessoas com deficiência intelectual.

47. A Política Antimanicomial do Poder Judiciário orienta que o cuidado em saúde mental de pessoas envolvidas em processos penais ocorra em articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos e as Unidades de Acolhimento. A partir desta temática, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O Projeto Terapêutico Singular (PTS) é o conjunto de propostas de condutas terapêuticas articuladas para um indivíduo, uma família ou uma comunidade, resultado da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar e centrado na singularidade da pessoa em tratamento.

B) Quando a pessoa apresentada em audiência de custódia tem indícios de transtorno mental ou de deficiência psicossocial, identificados por equipe multidisciplinar qualificada, cabe à autoridade judicial encaminhá-la para atendimento voluntário na RAPS.

C) A internação, quando indicada, deve ser cumprida preferencialmente em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, por oferecer condições de segurança.

D) O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço aberto e comunitário que atende pessoas com sofrimento ou transtorno mental, prioritariamente graves e persistentes.

E) A Unidade de Acolhimento oferece acolhimento compulsório a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas.

48. As Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia para atuação profissional em Varas de Família (CFP/CREPOP, 2019) afirmam que, diante da complexidade dos dilemas humanos que chegam ao Poder Judiciário, a(o) psicóloga(o) é chamada(o) a assessorar as decisões judiciais, planejando a intervenção viável para cada caso a partir da escuta cuidadosa das pessoas em litígio e da leitura das demandas psíquicas ligadas às solicitações jurídicas. Segundo o mesmo documento, assinale a alternativa que descreve corretamente a atuação da(o) psicóloga(o) junto às famílias.

A) A intervenção se limita à realização de perícias, cabendo a outros profissionais a orientação e a mediação familiar.
B) O encaminhamento da família à rede de assistência e de saúde é tarefa exclusiva do Judiciário, e não da(o) psicóloga(o).
C) A atuação não fica restrita ao modelo pericial, podendo incluir atendimentos em separado ou em conjunto, para observar a dinâmica familiar ou para orientação e mediação familiar.
D) O encaminhamento da família à rede pública equivale à avaliação realizada para o Judiciário.
E) A compreensão dos limites da atuação no campo jurídico é dispensável ao planejamento da intervenção.

49. No contexto jurídico, a utilização de testes psicológicos deve observar as condições estabelecidas pela regulamentação profissional, tanto em relação aos procedimentos de aplicação quanto à situação do instrumento no SATEPSI. Considerando as disposições da Resolução CFP nº 31/2022, que estabelece as diretrizes obrigatórias para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicologia, assinale a alternativa correta:

A) A utilização de testes psicológicos com parecer desfavorável ou que constem na lista de Testes Psicológicos Não Avaliados no SATEPSI caracteriza falta ética quando seus resultados forem utilizados para fundamentar documentos psicológicos, sendo admitida a mera aplicação sem esse fim.

B) A aplicação, correção e interpretação dos testes psicológicos devem seguir o manual técnico aprovado no SATEPSI, sendo permitido o uso profissional de testes não avaliados quando houver justificativa técnica relacionada à demanda e à finalidade da avaliação.

C) A aplicação, correção e interpretação dos testes psicológicos devem seguir o manual técnico aprovado no SATEPSI, e a utilização profissional de testes com parecer desfavorável ou não avaliados é considerada falta ética, ressalvadas a pesquisa amparada pela legislação vigente e o ensino com objetivo formativo e histórico na Psicologia.

D) Os testes psicológicos devem ser aplicados conforme o manual técnico aprovado no SATEPSI, cabendo à(ao) psicóloga(o) adaptar os procedimentos de aplicação, correção ou interpretação quando as características da demanda justificarem, desde que registre a adaptação no documento produzido.

E) A utilização de testes psicológicos com parecer desfavorável ou não avaliados pelo SATEPSI é vedada no exercício profissional, inclusive em pesquisas e em situações de ensino com objetivo formativo e histórico na Psicologia, prevalecendo a vedação sobre a legislação de pesquisa.

50. A internação é uma das medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) nos casos de ato infracional, praticado por adolescente. Assinale a alternativa INCORRETA:

A) A internação pode durar até 3 anos, a depender do grau de gravidade.

B) A internação provisória possui prazo máximo de 30 dias.

C) A liberação do adolescente é compulsória aos 21 anos.

D) As atividades pedagógicas são obrigatórias, inclusive na internação provisória.

E) Há obrigatoriedade de cumprimento da medida em entidade exclusiva para adolescentes.